

Número de policiais civis na região não é suficiente

Salário baixo e sobrecarga de trabalho são algumas das justificativas, indica Sindesp

BEATRIZ MIRELLE
beatrizmirelle@dgabc.com.br

O número de policiais civis nas seccionais do Grande ABC é insuficiente para atender todas as demandas das unidades, indica o Sindesp (Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo). A pesquisa 'Defasômetro' leva em consideração o quantitativo por carreiras antes previsto em lei, mas revogado em 2016. Apesar da suspensão, a entidade segue com essa base para o levantamento porque nenhum parâmetro ou instrumento foi instituído para as resoluções. O balanço é calculado com informações fornecidas pela SSP-SP (Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública de São Paulo) em outubro.

Segundo o sindicato, ao todo, a região possui 1.210 cargos preenchidos dos 1.948 que estavam anteriormente es-

tipulados pela lei (62%).

Esse valor corresponde aos postos de delegado, escrivão, investigador, agente policial, agente de telecomunicações, papiloscopista e auxiliar de papiloscopista.

O total de cargos ocupados em Santo André é 63% inferior ao número ideal. No momento, são 515 postos preenchidos frente a 819. O destaque é para papiloscopista. Na seccional da cidade só há um dos seis exigidos (16,7%). Em São Bernardo, a disparidade é de 61% (471 dos 770 previstos). O menor número fica para agente policial, com 66 postos dos 163 que deveriam ser disponibilizados (40,5%).

Já em Diadema, a diferença é de 62% (224 profissionais frente a 359 que são necessários). No município, só há dois auxiliares papiloscopistas dos cinco exigidos (40%).

"Essa diferença aumentou ao longo dos últimos anos em

DEFASAGEM. Cargos preenchidos na região não chegam a 70% dos números anteriormente previstos em lei

razão do baixo salário que a Polícia Civil de São Paulo tem. É um dos piores salários do País. Muitos profissionais que passam no concurso acabam abandonando para tentar em

outros Estados ou investir em outra carreira. Não conseguimos mantê-los porque eles também acumulam muitas funções, principalmente no Grande ABC", diz a delegada

Jacqueline Valadares, presidente do Sindesp.

Para ela, os concursos públicos não são feitos com a frequência que deveriam, o que prejudica a entrada de novos

profissionais na corporação. "Ele possui várias fases. Tem provas preliminar, dissertativa, oral, física, psicotécnica e investigação social. Demoram muito para chamar os aprovados", pontua.

Questionada pelo Diário, SSP-SP reiterou que as resoluções que determinavam o quantitativo por carreiras da Polícia Civil nas unidades territoriais do Estado foram revogadas em 2016. "Apenas para as carreiras da Polícia Civil entre policiais já formados e concursos em andamento temos mais de 5.300 novos policiais nos últimos quatro anos. Há ainda 3.135 vagas já autorizadas para as carreiras de delegado, investigador e escrivão, cujos editais tem previsão de serem lançados ainda no 1º semestre de 2023", acrescentou a Secretaria em nota.

Em resposta, o Sindesp destacou que depois da revogação das resoluções, nenhum outro parâmetro foi instituído. "O Sindicato mantém ativo o 'Defasômetro' como ferramenta oficial da entidade representativa da categoria para monitorar, de forma transparente, a movimentação nos quadros de carreiras da Polícia Civil. Portanto, mantém também as informações divulgadas a respeito do crônico déficit de cargos imprescindíveis para a prestação de serviços à população paulista, que tanto clama por mais segurança."

André Henriques 31.03.22

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** 1